



“Por Que Lemos Como Lemos?”: A Causalidade na Comunicação Textual¹

Márcio Souza GONÇALVES²

Júlio Altieri MONTEIRO³

Renan Lúcio S. da ROCHA⁴

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, UERJ

RESUMO

O trabalho propõe uma abordagem da comunicação através de textos, e mais especificamente do processo de leitura, esboçando um modelo de compreensão dos diversos elementos que nesse processo são determinantes. Em três seções, Historicidade, Apropriação e Esquematizando, são discutidos sucessivamente e respectivamente o caráter histórico da leitura, o processo de ler como apropriação e, finalmente é proposto o modelo de compreensão dos determinantes acima mencionados.

PALAVRAS-CHAVE: livro; leitura; história da leitura; texto; causalidade.

Menos de cem anos depois da chegada da família Real e da criação da Imprensa Régia, em uma crônica publicada no jornal Gazeta de Notícias, em 26 de novembro de 1903, João do Rio se surpreendia com o crescimento da leitura no país. Percorrendo diversas livrarias do Rio de Janeiro, pôde atestar o incrível aumento dos lucros de alfarrabistas e livreiros de primeira ordem: “O Brasil lê como nunca leu”⁵. Passado mais de um século desde a publicação dessa crônica, qualquer afirmação sobre lermos mais ou menos, melhor ou pior do que há tempos atrás, corre o risco de se transformar num juízo de valor sobre nosso tempo.

Mas, de todo modo, o advento das tecnologias digitais na segunda metade do século passado pode ser visto como uma possibilidade de profunda mudança na leitura. Ou não? O fato é que hoje nós lemos os mais diferentes tipos de textos, o tempo todo, nos mais diversos suportes. Lemos livros, revistas, jornais, panfletos, cartazes, todos impressos, lemos no computador (*online* ou não), no celular, em *tablets*, placas de publicidade e em muitos outros locais. E lemos de tudo: notícias, artigos, notas fiscais, reportagens, romances, faturas de cartão de crédito, poesias, contos, crônicas, manuais, piadas, menus etc. O leitor contemporâneo, tanto faz se lendo mais ou menos, melhor ou

¹ Trabalho apresentado no NP Produção Editorial do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor do PPGC da UERJ, bolsista Prociência UERJ/FAPERJ, email: msg@uerj.br

³ Aluno do Curso de Jornalismo da UERJ, bolsista PIBIC/CNPq, email: julio.altierim@gmail.com

⁴ Aluno do Curso de Jornalismo da UERJ, bolsista IC/FAPERJ, email: renanlucio1@gmail.com

⁵ Agradeço à professora Luiza Mariani e à estagiária Letícia Garcia, ambas do Programa Entrelinhas, do CTE-UERJ, por, através de um gentil convite para participar de uma das edições do programa, me darem conhecimento e acesso ao texto de João do Rio.



pior, está cercado de textos por todos os lados. Essa onipresença dos textos nos leva ao tema da leitura.

Tomaremos como ponto de partida a questão dos modos de leitura e a noção de que estes são múltiplos, regidos por variados elementos e mutáveis de acordo com o tempo. A discussão desses variados elementos é o eixo central do presente texto.

Segundo Roger Chartier, a leitura que fizemos ontem e a que fazemos hoje, independente de ser um mesmo trecho, de um mesmo livro, de uma mesma edição, não é a mesma. Nesse ato e no estudo do mesmo, não há leis imutáveis. Como toda ação humana, ele é cheio de gestos e porquês, que se definem em conformidade com aspectos mais diminutos do cotidiano. “Uma vez escrito e saído das prensas, o livro, seja ele qual for, está suscetível a uma multiplicidade de usos. Ele é feito para ser lido, claro, mas as modalidades do ler são, elas próprias, múltiplas, diferentes e segundo as épocas, os lugares, os ambientes” (CHARTIER, 2003, p.173).

Daí a presença de dois temas importantes na obra de Chartier, o da *apropriação* e o da *historicidade da leitura*. A historicidade da leitura nos indica que o ato de ler e tudo que o cerca é histórico, isto é, pode variar com a passagem do tempo. Sendo assim, a leitura se multiplica em hábitos, modos, lugares, fins, estímulos, expectativas, posições, suportes etc. Seria mais apropriado falarmos em *história das leituras*, ao invés de *da leitura*, pois, apesar de ser uma prática cultural reconhecível em seus diferentes modos, as distinções e especificidades são de grande interesse teórico.

Um dos melhores caminhos para se iniciar a discussão dessa historicidade da leitura é a observação das transformações pelas quais passaram alguns dos principais elementos que compõem o mundo dos textos, como, por exemplo, o formato do suporte, o tipo de escrita, a estrutura de arrumação textual, a tecnologia usada na produção. Acompanhando essas observações, será apresentado um sucinto panorama de suas relações com as leituras: leitura folheada, contínua, nos mosteiros, leitura por públicos mais amplos.

1. Historicidade

Nos primórdios da escrita, anotavam-se informações econômicas e administrativas em suportes de argila, que serviam perfeitamente às necessidades de então. Aos poucos, essa nova forma de registro – cuneiforme – foi possibilitando a transmissão de outros tipos de informações, de caráter mítico, religioso, poético, histórico ou legal, fosse em tabuletas de argila, estelas de diferentes tamanhos ou outros



materiais ao alcance da mão. Embora fossem poucos aqueles que dominavam a técnica de ler e escrever, a presença dos textos trouxe uma outra dinâmica para a sociedade.

Em termos de formato do suporte, dois mais importantes devem ser destacados. Por um lado temos os rolos, o *volumen* (de desenrolar horizontal) e o *rotulus* (vertical), que não estabeleciam, exatamente, a mesma relação com o leitor. A experiência diante de uma “sucessão de pavimentos de escrita revelados à leitura”, característica dos textos paralelos ao sentido de enrolamento dos *volumina*, era diferente da “continuidade temporal” dos textos perpendiculares ao sentido do enrolamento dos *rotuli* (ZALI. 1999, p. 36). Mas de todo modo eram superfícies que se enrolavam e desenrolavam.

Uma grande revolução na história da comunicação é provocada pelo surgimento do *códex*, que finca as bases do livro contemporâneo. Concebido como um conjunto de tabletes de madeira ligados por fios, passa a ser constituído por pergaminho – mais fino e flexível – e posteriormente por papel. Quem lê as mensagens no novo suporte se depara com uma situação que apresenta novidades em relação às anteriores, e que suscita novas práticas de apropriação. O ritmo que marcava a leitura do rolo é substituído pelas possibilidades do novo arranjo de páginas independentes, que permite agora ao leitor encontrar uma passagem determinada do texto, folheando, avançando ou retornando de modo muito mais rápido e eficiente. Essa melhor ergonomia facilita também a tomada de notas e o trabalho simultâneo com diferentes textos (ainda que incipiente). Temos assim dois formatos materiais bem distintos influenciando as práticas de leitura.

Após um período de relativa baixa atividade intelectual na maior parte da Europa com o fim do Império Romano, o ressurgimento da erudição durante a renascença carolíngia trouxe mudanças importantes para a sociedade no final do século VIII e início do IX. A reestruturação do ensino, a proliferação de escolas (e de textos), as reformas no alfabeto, a padronização do design gráfico e, sobretudo, a introdução da minúscula carolíngia tiveram, certamente, algum impacto sobre as práticas de leitura – apesar do alcance relativamente limitado dessas transformações. Da mesma forma, a expansão das universidades, no século XIII, inaugurou uma nova técnica de arrumação do texto no livro (a *divisio*), para acompanhar as necessidades de leitura dos estudantes. Ler um manuscrito universitário, articulado sistematicamente, significava romper com a *ruminatio* monástica. Esses dois movimentos marcam diversas transformações nos



suportes dos textos que, assim como a passagem do rolo para o códex, afetam os processos de leitura.

A prensa de Gutemberg, embora não tenha revolucionado imediatamente a forma do livro, multiplicou de maneira intensa o número de exemplares disponíveis. Uma certa banalização da presença do livro, devido ao aumento do número de obras em circulação, é correlato de uma redução, ainda que relativa, dos preços. Pessoas que antes não tinham acesso a determinadas obras passaram a obtê-las, por preços menores. Aos poucos, a facilidade de produzir levou também a uma maior diversidade de conteúdos. O universo dos leitores se alarga, as práticas se multiplicam.

As transformações formais no aspecto físico dos textos, fundamentais do ponto de vista do uso por leitores, podem ser sintetizadas em três eixos:

A linha, em primeiro lugar, com o aparecimento, na Alta Idade Média, da separação entre as palavras, que é uma condição essencial para que seja possível uma leitura silenciosa. A página, em seguida, duas vezes transformada: nos últimos tempos do livro manuscrito, pelo desaparecimento dos textos colocados à margem (rubricas, glosas, comentários); nos séculos XVI e XVII pelo aparecimento, e depois, pela generalização, das alíneas e da divisão em parágrafos. O próprio livro, enfim, ao qual a técnica da impressão confere sua identidade, enunciada na página de rosto, bem com uma nova maneabilidade assegurada pela generalização e pela fixação do duplo dispositivo da paginação e da indexação (CAVALLO e CHARTIER, 1998, p. 38).

Em termos de disposição material, uma relativa estabilidade marcou a história dos livros depois da revolução tipográfica. O que se pode destacar de mais importante, talvez, do período que vai de meados do século XV até a era digital, seja a crescente pluralidade de conteúdos e de tipos de texto à disposição dos leitores: jornais, livros de bolso, revistas, catálogos, panfletos etc. Embora muitos já existissem na versão manuscrita, o homem moderno pode experimentar uma sensação de facilidade de acesso a esses variados conteúdos e tipos, facilidade que o homem medieval não conheceu. Essa história é correlata de alterações nas práticas de ler.

2. Apropriação

A leitura é sempre apropriação - segundo tema caro a Chartier mencionado acima - do texto por parte de um leitor ativo (não há leitura passiva). A apropriação ajudará a melhor compreender-se a importância do que foi mencionado no tópico anterior sobre a rubrica *Historicidade* e envolve o mais essencial do ato de ler, os possíveis usos dos textos e as informações neles contidas. Chartier assim se expressa:



A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados. [...] Apreendido pela leitura, o texto não tem de modo algum – ou ao menos totalmente – o sentido que lhe atribui seu autor, seu editor ou seus comentadores. Toda a história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor. Mas esta liberdade leitora não é jamais absoluta. Ela é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura. Os gestos mudam segundo tempos e lugares, os objetos lidos e as razões de ler. Novas atitudes são inventadas, outras se extinguem. Do rolo antigo ao códex medieval, do livro impresso ao texto eletrônico, várias rupturas maiores dividem a longa história das maneiras de ler (CHARTIER, 1998, p.7).

A apropriação, como efetiva produção de sentido, funciona na tensão entre liberdades e coerções. Coerções que, de variados modos, indicam o sentido que um texto deve tomar. Liberdades que, também de variados modos, sempre produzem novidades, diferenças, novas interpretações em relação ao regime de coerções de sentido. E novamente a historicidade nos interpela, indicando que cada suporte e cada época funcionam como indicações que de algum modo apontam para sentidos possíveis, para modos de compreensão. Assim, as glosas escolásticas, espécie de hipertexto *avant la lettre* que amarra a compreensão do leitor; assim a materialidade do livro renascentista, portadora por si só de uma série de valores de rompimento com o medieval (novos tipos, ausência de glosa, diagramação mais aerada etc).

O próprio formato do livro é importante. Não sendo por si um indicador direto de qual o sentido canônico de um dado texto, é todavia importante na medida em que, como indicado acima, interfere na maneira como se desenrola concretamente a atividade intelectual: assim, por exemplo, repetindo o que dissemos acima, os livros em rolo, que exigiam mais dedicação física dos leitores, ao ocupar suas duas mãos durante o ler, dificultavam anotações e consultas rápidas a trechos passados, o que se altera com o códex.

Chartier e Cavallo nos indicam a importância dessas coerções e liberdades ao apontar o duplo objetivo da *História da leitura no mundo ocidental*:

[...] reconhecer as coerções que limitam a frequência aos livros e a produção do sentido; inventariar os recursos mobilizáveis pela liberdade do leitor – uma liberdade sempre inscrita no interior de dependências múltiplas, mas que está em condições de ignorar, deslocar ou subverter os dispositivos destinados a reduzi-la (CAVALLO e CHARTIER, 1998, p.37).

Sobre os dispositivos de redução das liberdades, assim escrevem:



Desses dispositivos, os primeiros são os que instituem a lei e o direito. As censuras e autocensuras, mas também o regime jurídico que fixa os direitos autorais e os dos herdeiros são todos mecanismos que limitam os leitores. [...]

As estratégias editoriais constituem, elas também, limites às práticas de leitura. Sem dúvida, inventando novos gêneros, ao mesmo tempo editoriais e textuais, pondo à disposição dos menos afortunados impressos baratos (primeiramente, livros da *bibliothèque bleue*, *chapbooks*, *pliegos sueltos*, jornais e coleções populares, em seguida), os editores propõem ao público uma gama de leituras possíveis sempre mais larga e mais diversa. A liberdade dos leitores, todavia, somente pode exercer-se no interior dessas escolhas feitas a partir de preferências ou de interesses que não são forçosamente os seus (CAVALLO e CHARTIER, 1998, p.37).

Esses autores indicam igualmente como nos próprios textos regras e limites de interpretação se desenham:

No interior dos territórios assim propostos a seus percursos, os leitores se apoderam dos livros (ou dos outros objetos impressos), dão-lhes um sentido, envolvem-nos com suas expectativas. Essa apropriação não se faz sem regras nem sem limites. Algumas provêm das estratégias usadas pelo próprio texto, que deseja produzir efeitos, ditar uma postura, obrigar o leitor. As armadilhas que lhe são preparadas e nas quais ele deve cair, sem nem mesmo dar-se conta, estão na proporção da inventividade rebelde que sempre se supõe existir nele. Outros códigos de leitura, ao mesmo tempo coercitivos e subvertidos, são trazidos pela imagem (CHARTIER e CAVALLO, 1999, p38).

A menção de dois exemplos específicos permite apreender o que se encontra em jogo: o da Biblioteca Azul e o das leituras humanistas.

A Biblioteca Azul é uma linha editorial surgida na cidade francesa de Troyes e criada por uma reconhecida família de editores, os Oudot. Esse conjunto de publicações ficou conhecido por conseguir disseminar textos variados, eventualmente em outros momentos considerados eruditos, em edições baratas e acessíveis, para serem consumidos pelas classes altas mas também pelas baixas. Esse dar acesso implicava uma reformulação do texto na edição, com divisão de trechos longos em capítulos menores, de longos parágrafos em parágrafos também menores, encurtamento dos textos, reformulação de expressões e estruturas textuais ultrapassadas, censura etc. Do ponto de vista físico, sumiam as capas duras e requintadas e as folhas brancas de boa qualidade do miolo, e entravam capas de papel, frequentemente azuis, e papel barato, com uma tipografia mais econômica. O interesse do exemplo da Biblioteca Azul é a possibilidade de se perceber que, já no século XVII, os profissionais do livro compreendiam as diferentes formas de leituras e de acesso a textos e, por isso, retrabalhavam as obras para permitir uma disseminação mais ampla: os editores



perceberam a dureza da coerção das edições anteriores para os novos e emergentes leitores, e as alteraram conscientemente para conquistar o novo mercado (CHARTIER, 2003, cap. 7).

O exemplo das leituras humanistas é também rico. Uma carta de Maquiavel ilustra como a “abordagem” dos textos – apropriação – é importante para a história da leitura, e também, como o exemplo de Troyes indica, para a de quem publica, caso dos Oudot. Nessa carta já famosa, Maquiavel apresenta a um amigo sua rotina diária, onde a leitura ocupa grande parte do tempo.

Saindo do bosque, vou a uma fonte e de lá a um viveiro de pássaros. Levo comigo um livro embaixo do braço, de Dante ou Petrarca, ou de um desses poetas menores como Tibulo, Ovídio ou qualquer outro: mergulho na leitura de seus amores e seus amores lembram os meus; pensamentos que me recio no momento certo. Em seguida, ganho a longa estrada: entretenho-me com os que passam, peço notícias de seu país, imagino tantas coisas, observo a variedade de gosto e a diversidade de caprichos dos homens [...] A noite cai, retorno aos meus aposentos. Entro em meu quarto e, já na soleira, despojo-me do hábito de todo dia, coberto de lodo e lama, para vestir os mantos da realeza e do pontificado; assim, adornado com todo o respeito, entro nas cortes antigas dos homens da Antiguidade. Lá, acolhido por eles com afabilidade, sacio-me do alimento que é meu por excelência e para o qual nasci. Nenhuma vergonha de falar com eles e perguntar-lhes sobre os motivos de suas ações e eles, em virtude de sua humanidade, me respondem. E, durante quatro horas, não sinto o menor tédio, esqueço meus tormentos, deixo de acreditar na pobreza e nem mesmo a morte já me assusta. (MAQUIAVEL apud GRAFTON in CHARTIER e CAVALLO, 1999, p.5).

Vê-se assim como não há uma mas pelo menos duas leituras diferentes. Ao ler um livro de poesias, o escritor costuma deslocar-se para o campo, o põe debaixo do braço e com roupas de todo o dia lê, entre pássaros, perto de uma fonte, a céu aberto. À noite, retira-se para sua casa, para a intimidade do quarto onde, com vestes dignas da realeza, trata com homens da Antiguidade – autores dos textos clássicos –, e, numa relação de respeito, “conversa” com eles. São duas situações bem diferentes: em uma, um livro provavelmente pequeno pode ser levado para fora da casa, debaixo do braço e lido ao ar livre; em outra, um livro posto certamente sobre a escrivaninha é tomado com todo o respeito e lido em um nível de diálogo intelectual (GRAFTON in CAVALLO e CHARTIER, 1999, cap.7). Ambas são leituras de livros, mas se estabelecem de maneiras muito diferentes, de acordo, novamente, tanto com aspectos do suporte físico, como do seu conteúdo e da cultura letrada da época.



Note-se que o Renascimento é uma época de transformações muito profundas nas formas de ler. Ao marcar a saída da Idade Média, os pensadores humanistas rejeitaram os antigos padrões de leitura identificados mais especificamente pelo

[...] sistema de debate e instrução conhecido como escolasticismo. [...] Em décadas de duro trabalho com martelo e cinzel, os medievais construíram um complexo conjunto gótico de paredes e contrafortes que precediam, envolviam e apoiavam os textos: títulos, comentários, tratados. Todo esse aparato impôs um modo de ver medieval que era aplicado aos mais díspares textos antigos. Do ponto de vista dos humanistas, contudo, esse modo de ver incorporava um erro sistemático e se apoiava nele. Os comentaristas propunham-se não a explicar o texto tal como era, mas colocar o seu conteúdo ao alcance dos novos tempos. Se o *Corpus iuris* mencionava, por exemplo, *sacerdotes* e *pontífices*, o comentarista Accursius presumia que isso constituía uma referência aos presbíteros e bispos da igreja cristã que ele conhecia, encontrando assim nos textos antigos um aval para práticas modernas (GRAFTON in CAVALLO e CHARTIER, 1999, p.7).

Percebe-se uma tentativa de rompimento com os regimes de ordenação de leitura e de produção de sentido anteriores: os homens formados na nova onda de valorização do passado clássico queriam ter um contato “livre”, direto com os textos, daí a supressão das glosas. Mas devem ser consideradas igualmente mudanças formais: “Isso porque os humanistas se opunham, não apenas ao conteúdo do livro erudito medieval por razões filológicas, mas também, do ponto de vista estético, à sua forma” (GRAFTON in CAVALLO e CHARTIER, 1999, p.9).

As transformações não se deram de modo unívoco e uma diversidade das leituras foi o que permaneceu, pois “os humanistas liam os textos clássicos de muitos modos diferentes” (GRAFTON in CAVALLO e CHARTIER, 1999, p. 9).

Procuramos acima indicar o jogo entre as regras e limitações, por um lado, e a liberdade do leitor, por outro. Disso se conclui que não há uma leitura única, mas modos específicos de ler, modos de apropriação, os quais variam de pessoa para pessoa e, da mesma maneira, na mesma pessoa (por exemplo, Maquiavel). A seguir vamos tentar esquematizar os fatores fundamentais envolvidos na leitura e produção de sentido a partir de textos. Não pretendemos mais do que esboçar essa discussão, que, naturalmente, deve ser muito levada adiante.

3. Esquematizando

A historicidade da leitura e a importância das apropriações dos textos pelos leitores nos conduzem inevitavelmente ao problema dos modos de ler, das diferentes



abordagens e apropriações por parte de leitores concretos de textos localizados em suportes específicos.

Duas questões necessárias se desenham então, a primeira relativa ao modo de teorizarmos sobre essas práticas de leitura, a segunda acerca dos determinantes, em geral, do processo de ler. Começamos, claro, com a primeira.

Os diferentes modos de teorizar a historicidade das apropriações dos textos por leitores podem ser reduzidos, no que toca ao escopo de análise, a dois paradigmas distintos. Por um lado temos apropriações mais gerais, que procuram definir, para uma época dada, formas de ler; por outro, abordagens localizadas, que abrem mão do objetivo de definir traços gerais para uma época para se concentrar em leitores ou leituras específicos, que coexistem, no contexto cultural em que se encontram, com outras formas de ler. Se o primeiro modo de teorizar implica em apreensões gerais e amplas do modo de ler de um grupo social num dado momento histórico, o segundo se centra sobre a apreensão singular do modo de ler de indivíduos específicos.

Como exemplo do primeiro tipo, pode-se citar a clássica oposição proposta por Engelsing entre leitura intensiva e leitura extensiva, a passagem de um modo a outro se situando no século XVIII. A leitura intensiva é a leitura exaustiva, repetida, retomada sempre, de um pequeno conjunto de livros, no centro do qual, como obra mais importante, se localiza a Bíblia. A leitura intensiva teria sido substituída, como dissemos acima, no século XVIII, pela leitura extensiva, leitura situada dentro de um universo muito maior de textos, lidos superficialmente, parcialmente, fragmentadamente. À repetição da leitura da Bíblia contrapõe-se a passagem de olhos sobre os jornais contemporâneos. Já discutimos alhures as diversas reações que tal teorização suscitou: tem-se desde o sim, há uma revolução da leitura no século XVIII até o não, não há tal revolução, passando pelo termo médio que sustenta que teria havido uma alteração que seria excessivo qualificar de revolucionária (GONÇALVES, 2010, p. 3 e seguintes). Não é nosso propósito aqui retomar essa discussão, mas apenas indicar o estilo teórico que a ela dá origem.

Como exemplo do segundo tipo, pode ser citada a análise do leitor Menocchio por Carlo Ginzburg (1987), discussão detalhada de todo o universo cognitivo do moleiro e dos elementos que participam de sua construção, no centro dos quais se situam, evidentemente, textos. Sua, de Menocchio, visão de mundo, sua “filosofia”, que tragicamente o levou às mãos da Inquisição e à morte, é o resultado da mistura singular



de textos lidos idiossincraticamente, de elementos da cultura popular, de traços individuais do moleiro. Sobre esse último ponto, note-se que outros partilharam com ele a leitura talvez dos mesmos livros ou de livros semelhantes, outros certamente bebiam na fonte de uma cultura popular existente, mas foi Menocchio, organizando todos esses elementos a seu modo, portanto criando algo a partir desses elementos, que pensou o mundo na analogia com os queijos e vermes:

A defasagem entre os textos lidos por Menocchio e o modo como ele os assimilou e os referiu aos inquisidores indica que suas posições não são redutíveis ou remissíveis a um ou outro livro. Por um lado, elas reentram numa tradição oral antiquíssima; por outro, evocam uma série de motivos elaborados por grupos heréticos de formação humanista: tolerância, tendência em reduzir a religião à moralidade etc. Trata-se de uma dicotomia só aparente, que remete na verdade a uma cultura unitária em que não é possível estabelecer recortes claros. Mesmo que Menocchio tenha entrado em contato, de maneira mais ou menos mediado, com ambientes cultos, suas afirmações em defesa da tolerância religiosa, seu desejo de renovação radical da sociedade apresentam um tom original e não parecem resultado de influências externas passivamente recebidas (GINSBURG, 1987, p. 27-8).

Pode-se razoavelmente compreender a relação entre esses dois modos ou estilos de teorizar se se indicar que não são incompatíveis e que devem ser considerados cada um em seu escopo correto de análise e sem que se opere nenhum tipo de reificação ou absolutização. Vejamos em primeiro lugar o último ponto.

Sem que se opere nenhuma forma de reificação ou absolutização: o fato de Menocchio ler de tal modo - ou de se ler extensivamente num determinado contexto - não significa que ler se “coisifique”, se reduza totalmente, neste contexto, ao modo de Menocchio - ou como leitura extensiva - e não implica, da mesma maneira, em que essa seja absolutamente a única forma de ler.

Esses diferentes estilos devem ser considerados cada um em seu escopo correto de análise: a apreensão através de um conceito como o de leitura intensiva é uma apreensão macro e geral, que, como tal, descuida das especificidades, singularidades, derivas de leituras individuais que seriam não intensivas; igualmente, a análise de um caso singular, vendo de muito perto, servindo-se como que de um microscópio, não pretende a qualquer forma de generalização ou afirmação geral sobre um modo majoritário, mais comum, mais típico, de leitura. Em síntese: a descrição geral não pode matar os casos individuais, a apreensão macro não impossibilita o olhar micro.

Finalmente, a teorização macro e a micro não são incompatíveis, dado que uma nos fala dos traços comuns, majoritários, dominantes, a outra pode apontar exatamente



para o que escapa a esse regime dominante. São assim, idealmente, dois modos complementares de análise.

Como dissemos acima, duas questões relevantes apresentam-se: a primeira relativa às maneiras de teorizar os modos de leitura; a segunda relativa aos determinantes envolvidos na constituição e efetivação desses modos. Passemos então a essa segunda questão.

Sua adequada formulação seria: dado um determinado modo de ler um texto, quais os elementos o condicionam e fazem com que exista?

Não seria adequado, para dizer o mínimo, tentar indicar um único elemento determinante dos modos de ler (para dizer o máximo, seria francamente tolo), o que leva a que se trabalhe com um esquema que envolve múltiplas causas, um esquema de sobredeterminação (para retomar o termo utilizado pelo inventor da psicanálise). Uma série de elementos deve, portanto, ser tomada em conta. Como hipótese de trabalho, vamos considerar quatro elementos.

Em primeiro lugar, as intenções ou os motivos de leitura do leitor. Claro é que um texto pode ser lido por diversos motivos ou com diversas intenções diferentes. Tomemos o caso de um texto científico e da leitura que envolve: claramente, tem-se de modo geral uma leitura cuidadosa, que envolve anotações e a compreensão do conjunto dos argumentos apresentados, que envolve a tomada ativa de notas. Por outro lado, na preparação de um artigo científico, há textos teóricos que são lidos superficialmente, numa primeira aproximação, para que o leitor estabeleça se o texto tem ou não relevância, se deve ou não ser lido de modo cuidadoso. Encontramos assim, grosseira e basicamente, dois modos de leitura envolvidos no universo de um texto científico. Mas podemos pensar em outras intenções ou motivos: a leitura desinteressada e de lazer de romances, na qual o leitor procura simplesmente diversão; a leitura de manuais de aparelhos eletrônicos, tão comuns em nosso cotidiano, motivada pela necessidade prática de operar o aparelho aproveitando seus recursos, a leitura do consumidor que vai pagar sua fatura, a do crente em busca de apoio espiritual... Temos assim, como primeiro elemento a ser levado em conta, as intenções e motivações do leitor.

Em segundo lugar, ponto que já apareceu no que discutimos acima acerca das intenções e motivos do leitor, deve ser considerada a especificidade do tipo de texto lido. Claro está que essa especificidade se conjuga com as intenções do leitor, os dois elementos operando em conjunto. Isolando o aspecto relativo ao texto, pode-se pensar



em textos claramente prescritivos, como um manual ou uma conta num restaurante; textos literários ou poéticos, que se oferecem à imaginação, à sensibilidade e ao intelecto do leitor de modo menos amarrado; textos teóricos, que por si só são um grupo muito heterogêneo de textos (pense-se numa demonstração matemática, numa obra de Kant e num aforismo de Nietzsche...); textos em placas de orientação etc. Uma lista exaustiva é evidentemente impossível de ser feita, que não impede que se desenhe claramente esse segundo elemento condicionante dos processos de leitura: a especificidade dos textos.

Em terceiro lugar, deve ser mencionada a conformação material dos textos em objetos que os dão a ler e todo o enorme conjunto de traços aí compreendidos. Entre esses elementos podemos destacar, mais ou menos de modo aleatório e sem nenhuma pretensão de esgotar o assunto: o formato mesmo do objeto, o tipo de letra, a navegabilidade e orientação dentro do texto, a portabilidade do objeto, a possibilidade de tomar notas, que são, é importante repetir, alguns traços dentro de um universo certamente maior.

O formato do objeto influencia claramente a leitura, na medida em que permite certos modos de relação com o texto enquanto que inibe outros. Como vimos, o formato em rolo, que é suplantado pela concorrência do códice na primeira metade do primeiro milênio de nossa era, era problemático do ponto de vista do manuseio do texto e no ir e vir, dado que o rolo devia ser enrolado e desenrolado a cada vez que se ia ou vinha, complicava a tomada de notas, dificultava a leitura de vários textos ao mesmo tempo, permitia o armazenamento de pouca escrita dado que só se utilizava um lado do papiro: a leitura é preferencialmente a de único um texto, linearmente, sem muitos avanços e recuos, com difícil comparação entre textos e tomada de notas, com vários rolos necessários para que se tenha a unidade de uma obra. Esses problemas desaparecem quando o rolo é substituído pelo códice, geralmente feito de folhas de pergaminho costuradas. O códice é melhor do que o rolo, do ponto de vista do aproveitamento do suporte, pois o pergaminho, sua matéria-prima habitual, pode receber inscrição dos dois lados. Além disso, é extremamente mais fácil ir e vir dentro do texto, bastando para isso virar uma página, ou um conjunto de páginas, ainda que um complicador dos códices mais antigos seja a inexistência de numeração de páginas. Com um códice, é fácil tomar notas e, além disso, a comparação entre dois textos localizados em dois códices diferentes se faz com facilidade. Como bem disse Frédéric Barbier, “a invenção do



codex é absolutamente fundamental para o futuro da civilização escrita, porque ela proporciona caminhos para os desenvolvimentos futuros do trabalho intelectual sobre documentos escritos” (2008, p. 54). Os livros eletrônicos, ou melhor, os leitores de livros eletrônicos (tipo *positivo alfa*, *kindle*, *nook* etc), as telas de computador, de telefones celulares, de *tablets*, introduzem outras tantas mudanças do ponto de vista do objeto. Chartier sustenta a ideia de que nessas telas o rolo e o códice se juntam, de modo que o leitor desses suportes eletrônicos ocupa um lugar novo:

De um lado, o leitor da tela assemelha-se ao leitor da Antiguidade: o texto que ele lê corre diante de seus olhos; é claro, ele não flui tal como o texto de um livro em rolo, que era preciso desdobrar horizontalmente, já que agora ele corre verticalmente. De um lado ele é como o leitor medieval ou o leitor do livro impresso, que pode utilizar referências como a paginação, o índice, o recorte do texto. Ele é simultaneamente esses dois leitores. Ao mesmo tempo, é mais livre. [...] (1999, p. 13).

De modo geral, e deixando de lado a diferença entre os diversos suportes eletrônicos, apenas para indicar uma diferença geral em relação ao impresso, podemos para eles destacar: extrema economia de espaço; fácil navegação, com recursos de localização de palavras, trechos ou páginas; facilidade de copiar e colar, que pode eventualmente permitir, de outro modo, a tomada de notas, que num códice pode ser feita na página do livro, numa tela eletrônica isso sendo impossível; certo desconforto ocular pela leitura em suporte que emite luz (o não acontece com os leitores de livros eletrônicos). A bem estabelecida tradição de estudo da forma material dos textos e de sua influência sobre o sentido fornecem uma base sólida para tais investigações.

Destaque-se o fato relevante do formato do suporte influenciar as expectativas do leitor em relação ao texto: ler, por exemplo, um texto num volume em papel de boa qualidade, encadernado em capa dura, com o selo da universidade de Harvard não é igual, em termos de expectativa que antecedem ao ato de ler, a ler o mesmo texto num papel comum, grampeado, impresso numa impressora ordinária. A capa dura e toda a apresentação que com ela segue conferem uma maior seriedade, densidade, peso ao texto.

Finalmente, mas não menos importante, o quarto ponto que deve ser destacado como determinante do processo de leitura, a psicologia do leitor, psicologia que deve ser compreendida de diversos modos, dos quais destacamos os dois seguintes.

Em primeiro lugar, todos os aspectos que remetem aos grupos sociais a que pertence o leitor, tais como seu grupo profissional, seu nível educacional, seus grupos



de sociabilidade familiar ou de amizade. Um leitor professor universitário, com doutorado, com seu círculo de amizades e família, lê um texto de jornal diferentemente de um pescador semialfabetizado cujos amigos e família são igualmente semialfabetizados. Temos aí um exemplo evidentemente extremo que permite compreender o que se encontra em jogo.

Em segundo lugar, devem ser consideradas as idiossincrasias de cada leitor, seus traços singulares que o diferenciam de todos os outros leitores e fazem de cada um um caso único. O exemplo de Menocchio, que referimos acima, pode aqui ser reinvocado. Esse traço é o mais difícil de ser teorizado e por outro lado o mais facilmente localizado empiricamente, pois cada estudo de caso individual de leitor o torna palpável. Sua existência remete, em última instância, para as diferenças entre os humanos, assunto muito amplo para ser até mesmo esboçado aqui. Desejamos, contudo, apenas brevemente indicar o modo como a escrita e o progressivo letramento das sociedades, tornado possível pela invenção do alfabeto, participam de um processo não de criação, dado que essa singularidade individual parece ser um traço característico da espécie humana (mas não exclusivo), mas de um aguçamento das diferenças individuais.

Esquemáticamente, a lógica do processo é a seguinte. A escrita e o letramento aumentam consideravelmente o estoque cultural armazenado que cada sociedade deve transmitir às novas gerações que chegam. Nas culturas orais a quantidade de informação armazenada, dada a limitação imposta pela memória humana, mesmo com a ajuda de técnicas mnemônicas como a poesia épica, é tal que um ser humano normal pode manejar o conjunto da memória cultural, memória que, não existindo sem os humanos, é constantemente atualizada, num processo homeostático (GOODY e WATT, 2006, p. 17) de eliminação e adaptação. A escrita, eliminando a limitação da memória, e aumentando o estoque informacional, o torna de tal modo grande que ninguém é capaz de dominar todo o conjunto. Assim, cada um se “especializa” numa parte do conhecimento disponível, fazendo um caminho singular, que é em última instância aquela parte do “arquivo” dominado. Logo, acentua-se o processo de individualização:

E, à medida que um indivíduo participa da cultura letrada, distinta da oral, a coerência que uma pessoa alcança é, em grande parte, o resultado de sua seleção pessoal, do ajuste e da eliminação de artigos de um repertório cultural altamente diferenciado; ele, claro, é influenciado por todas as várias pressões sociais, mas elas são tão numerosas que o padrão sai finalmente como individual (GOODY e WATT, 2006, p. 69).

Considerações Finais



Arriscando finalmente uma tentativa de síntese teórica dos determinantes da leitura, e de um modo sucinto, seriam então esses, mencionados acima, e que aqui repetimos, os traços fundamentais a serem levados em conta: as intenções ou motivos que animam a leitura; as especificidades do texto lido; a conformação material dos suportes de leitura; e, finalmente, a psicologia do leitor.

Necessário é destacar que com isso não se pretende aqui esgotar o tema, ou propor um esquema conceitual definitivo para a compreensão do “ler”, mas apenas, como dissemos, esboçar um esquema inicial de entendimento desse processo, a leitura, sem o qual os livros não existem, sem o qual se pode falar, com toda a certeza e fora das atuais e vãs diatribes acerca do assassinato do livro pelas tecnologias digitais, de uma morte dos livros.

Referências bibliográficas

BARBIER, F. **História do Livro**. São Paulo: Paulistana, 2008.

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP e Imprensa Oficial SP, 1999.

CHARTIER, R. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: UNESP, 2003.

CHARTIER, R.; CAVALLO, G. (Orgs.). **História da leitura no mundo ocidental, 1 e 2**. São Paulo: Ática, 1998 e 1999, respectivamente.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, M. S. **Os meios, seus usos, sua materialidade - A Comunicação e sua Epistemologia**. Texto apresentado ao GT “Comunicação e Cultura”, da Compós em 2010.

GOODY, J. e WATT, I. **As consequências do letramento**. São Paulo: Paulistana, 2006.

RIO, J. do. **O Brasil lê**. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 26/11/1903.

ZALI, A. (Dir.). **L'Aventure des écritures. La Page**. Paris: Bibliothèque nationale de France, 1999.